



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1825350 - RS (2019/0198191-7)

**RELATOR** : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES  
**RECORRENTE** : PAULO ROGERIO MAIER SCHNEIDER  
**ADVOGADO** : RENATO JOSÉ BESTETTI - RS014934  
**RECORRIDO** : FAZENDA NACIONAL  
**INTERES.** : GILBERTO SCHNEIDER & CIA. LTDA - MASSA FALIDA  
**ADVOGADO** : RENATO JOSÉ BESTETTI - RS014934  
**INTERES.** : HARDI HAHN  
**ADVOGADO** : HARDI HAHN - RS018661

### EMENTA

**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. EXAME PREJUDICADO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.**

### DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, “a” e “c”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região, assim ementado (fl. 42):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. REDIRECIONAMENTO. INDÍCIO DE CRIME FALIMENTAR. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. EXCLUSÃO DO FEITO. POSSIBILIDADE. HONORÁRIOS. CAUSALIDADE.

1. Restando comprovada a ausência de responsabilidade do redirecionado, não há elementos que permitam sua permanência no executivo fiscal. A absolvição na esfera penal “tem o condão de afastar a responsabilidade tributária, sob pena de ocorrer responsabilidade tributária objeto, o que é vedado na atual conjuntura jurídica.” (TRF4, AG 5026609-29.2013.4.04.0000, PRIMEIRA TURMA, Relatora MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE, juntado aos autos em 30/03/2015).

2. A distribuição dos honorários não se pauta apenas pelos qualificativos vencido e vencedor, baseando-se também na ideia de causação e pretensão resistida. O direito à condenação em honorários advocatícios exige comportamento censurável atribuído ao vencido, causando o processo ou o incidente processual, ou resistindo ao seu encerramento, de modo a provocar a obrigatória contratação de advogado para obtenção da tutela pretendida, pela contraparte.

O recorrente alega violação do artigo 85, § 3º, do CPC/15, ao argumento de que *é necessário, primeiro, que a dívida não seja eternizada; segundo, que o Ente Público, antes da inclusão do sócio na executiva seja advertido pelo Juízo de que, em caso de ação improcedente, será condenada a Fazenda em verba honorária; e, por fim, responsabilizar pessoalmente o patrono do Executivo Fiscal se vencida a Fazenda, evitando procedimentos fadados ao fracasso, v.g. prescrição intercorrente, inércia ou desídia do órgão público à perseguição creditícia, atribuindo a incompetência do subscritor da ação na responsabilidade da verba sucumbencial, com escopo de ‘um basta’ no patrocínio processual de ações que, ‘in finis’, têm poucas chances de procedência, contanto com os préstimos dos julgados nas instâncias inferiores, quer seja do Município, do Estado e/ou da União.* (fl. 73)

Contrarrazões às fls. 107-114.

Juízo positivo de admissibilidade à fl. 117.

É o relatório. Passo a decidir.

Não assiste razão a recorrente.

O Tribunal de origem concluiu que não havia razão para condenação de honorários advocatícios com base na seguinte fundamentação (fl. 48):

A realização do pedido de redirecionamento de feito executivo fiscal (contra sócio-gerente) é tarefa praticamente impositiva para a União, quando há inquérito instaurado para apuração de eventuais irregularidades fiscais. O fato de, posteriormente, ter ocorrido a absolvição do processado, não altera a ausência de causalidade por parte da União.

Melhor dizendo, diante do inquérito instaurado, a União não poderia ter agido de forma diversa do protocolamento do pedido de redirecionamento, de modo que não deu indevida causa à necessidade da defesa, pela via da exceção de pré-executividade. De salientar, o síndico da massa falida relatou que "o representante legal não firmou o Livro Razão e não houve autenticação na Junta Comercial, nos respectivos livros", conduta que embasou a instauração do inquérito e consistiu em indícios de crime falimentar.

Assim sendo, embora correta a decisão pela exclusão do sócio, não há razão para condenação em honorários advocatícios.

A parte recorrente deixou de impugnar a referida fundamentação que, por si só, mantém o resultado do julgamento ocorrido na Corte de origem e torna inadmissível o recurso que não a impugnou. Incide à hipótese/ao caso a Súmula 283/STF.

Além disso, tem-se que a alteração das conclusões adotadas pela instância ordinária acerca da aplicação do princípio da causalidade no caso demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em sede de recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO DA AÇÃO. SUCUMBÊNCIA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. É da jurisprudência do STJ que, "com fundamento no princípio da causalidade, nas hipóteses de extinção do processo sem resolução do mérito, decorrente de perda de objeto superveniente ao ajuizamento da ação, a parte que deu causa à instauração do processo deverá suportar o pagamento dos honorários advocatícios. Precedentes: REsp 1.245.299/RJ; AgRg no Ag 1.191.616/MG; REsp 1.095.849/AL; AgRg no REsp 905.740/RJ" (AgRg no AREsp 14.383/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 30/9/2011); e que, "restando o processo extinto sem julgamento do mérito, cabe ao julgador perscrutar, ainda sob à égide do princípio da causalidade, qual parte deu origem à extinção do processo sem julgamento do mérito ou qual dos litigantes seria sucumbente se o mérito da ação fosse, de fato, julgado" (REsp 1.072.814/RS, Rel. Ministro Massami Uyeda, Terceira Turma, DJe 15/10/2008).

2. No presente caso, a Corte de origem assentou ter a parte agravada buscado a prestação jurisdicional, em razão de indevida conduta dos ora agravantes (fl. 622), de modo que "indiscutível a obrigatoriedade nos vertentes autos de condenação na verba sucumbencial, devendo os réus suportarem os ônus decorrentes da propositura da demanda ocasionada por conta de suas condutas indevidas" (fl. 623).

3. Infirmar a conclusão alcançada no acórdão recorrido acerca da aplicação do princípio da causalidade demandaria o reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que é obstado na via do recurso especial, por força da Súmula 7/STJ.

4. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1.744.539/CE, de minha relatoria, Primeira Turma, DJe 30/5/2019)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. ATRIBUIÇÃO À FAZENDA PÚBLICA. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. MODIFICAÇÃO DO JULGADO QUE DEMANDA O REEXAME DO SUPORTE FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO REGIMENTAL DO MUNICÍPIO DE UBERABA/MG A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Na espécie, o Tribunal de origem afirmou, expressamente, que a Fazenda Pública deu causa ao ato de constrição, sendo possível a sua condenação em honorários advocatícios.

Assim, rever tal entendimento, conforme pretendido, demanda incursão no campo fático-probatório dos autos, o que é vedado nesta Corte, por incidência da Súmula 7 do STJ.

2. Registre-se que a Primeira Seção do STJ, ao julgar o REsp. 1.111.002/SP, de relatoria do eminente Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, consolidou o entendimento segundo o qual, tendo por base o princípio da causalidade, deve-se perquirir quem deu causa à demanda a fim de imputar-lhe o ônus pelo pagamento dos honorários, sendo tal verificação vedada nesta instância especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

3. Agravo Regimental do MUNICÍPIO DE UBERABA/MG a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 633.842/MG, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 22/4/2019)

Por fim, Segundo entendimento desta Corte a inadmissão do recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, em razão da incidência de enunciado sumular, prejudica o exame do recurso no ponto em que suscita divergência jurisprudencial se o dissídio alegado diz respeito ao mesmo dispositivo legal ou tese jurídica, o que ocorreu na hipótese. Nesse sentido: AgInt no REsp 1.590.388/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 24/3/2017; AgInt no REsp 1.343.351/SP, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 23/3/2017.

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF) 02 de abril de 2020.

Ministro Benedito Gonçalves

Relator